

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 4.397, DE 2016

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo, de cargos em comissão e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região e dá outras providências.

Autor: Tribunal Superior do Trabalho

Relator: Deputado DANIEL ALMEIDA

I – RELATÓRIO

Nos termos do artigo 96, inciso II, alínea “b”, da Constituição Federal, o Tribunal Superior do Trabalho – TST submete à apreciação desta Casa o projeto de lei em epígrafe, já examinado e aprovado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT e pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que trata da criação de 196 (cento e noventa e seis) cargos de Analista Judiciário - Área Judiciária, 42 (quarenta e dois) cargos de Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, 82 (oitenta e dois) cargos de Analista Judiciário - Área Administrativa, 112 (cento e doze) cargos de Técnico Judiciário - Área administrativa; 29 (vinte e nove) cargos em comissão nível CJ-3; 29 (vinte e nove) funções comissionadas nível FC-5; e a transformação de 98 (noventa e oito) funções comissionadas nível FC-4 em 30 (trinta) funções comissionadas FC-5 e 68 (sessenta e oito) funções comissionadas nível FC-6, no Quadro de Pessoal da

Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

O TST justifica a presente proposta de criação dos cargos de provimento efetivo, dos cargos em comissão e das funções comissionadas, em face da necessidade de adequar a estrutura e o Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região às regras previstas na Resolução CNJ nº 184, de 6/12/2013, que dispõe sobre os critérios para criação de cargos, funções e unidades judiciárias no âmbito do Poder Judiciário, e na Resolução CSJT nº 63/2010 (alterada pelas Resoluções CSJT nº 77 e CSJT nº 83), que versa sobre padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas no âmbito desta Comissão.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

O objetivo principal da proposição é a criação de cargos e funções comissionadas destinados ao redimensionamento do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

Alega o Tribunal que a necessidade de criação dos referidos cargos e funções comissionadas decorre, dentre outras motivações, do aumento de sua movimentação processual no primeiro e segundo graus de jurisdição e a consequente sobrecarga de trabalho imposta aos magistrados e servidores devido ao déficit no quantitativo de servidores na primeira e segunda instâncias do Tribunal.

De fato, é notória a grande defasagem da capacidade de prestação jurisdicional da Justiça do Trabalho em relação à demanda e que tal situação tem sido causa de constantes queixas da sociedade.

Nesse contexto, mostra-se imperiosa a urgente instrumentalização e aparelhamento do TRT da 5ª Região, no sentido de promover a devida adequação da sua estrutura administrativo/funcional e permitir o atendimento de rotinas, ações e projetos necessários à sua eficiente, qualificada e tempestiva atuação.

Em face do exposto, entendemos que a presente proposição é oportuna e absolutamente sintonizada com os anseios da sociedade, pelo que votamos pela aprovação integral, no mérito, do Projeto de Lei nº 4.397, de 2016.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado DANIEL ALMEIDA
Relator